

POR QUE E PARA QUE “CONTABILIDADE PARA NÃO CONTADORES?”**Mauro José Teixeira Destri¹****Resumo:**

Este artigo é o resultado de diversas reflexões, pesquisas e prática sobre o uso da Contabilidade nos mais diversos ambientes produtivos na economia. Também de ver, na prática, como alunos de cursos que não o de contabilidade, reagem aos ensinamentos quando estes não são antecedidos por uma explicação clara dos objetivos do ensino desta disciplina em cada um dos cursos. Pretendemos, então, gerar reflexões acerca da importância da contabilidade para não contadores, como fator de geração de competências que permitam ao profissional de quaisquer áreas, entender os mais diversos demonstrativos gerados pela contabilidade, inserindo-o definitivamente na gestão do negócio, abrindo horizontes antes dominados somente pelos especialistas da área. Nele tratamos de demonstrar a importância da contabilidade, sua origem, os principais usuários e outros pontos teóricos considerados relevantes.

Palavras-chave: Contabilidade, Tomada de decisão, relatórios contábeis e Patrimônio.

Abstract:

This paper is the result of several discussions, research and practice about use of Accounting in the most diverse productive environments in the economy. Also the practice to see how students in courses other than the accounting, react to the lessons when they are not preceded by a clear explanation of the goals of teaching this course in each of the courses. We want then generate ideas about the importance of accounting for non-accountants, as a factor to generate the professional skills that enable any areas, understand the diverse statements generated by the accounts, placing it permanently in the management of the business, opening horizons before dominated only by specialists in the field. We demonstrate this paper the importance of accounting, its origin, the main users and other items deemed relevant theoreti.

Key Words: accounting, management, reporting and accounting heritage

¹ Mestrando em Gestão Educacional pela Universidade Politécnica Salesiana do Equador; Contador; Pós-graduado em Contabilidade Empresarial e Auditoria pela UCAM-CAMPOS; Pós-graduando em Gerenciamento de Projetos pela FGV-RJ, curso in company pela PETROBRAS.

1 –CONTABILIDADE: IMPORTÂNCIA, CONCEITO, OBJETIVOS E GENERALIDADES.

1.1 – A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE

É interessante quanto entramos em sala de aula-nos primeiros dias em cursos que não os de Contabilidade e vemos a reação dos alunos. Perguntam-se logo: Contabilidade para quê? Se liga, isto é muito chato, é muito número!

Na verdade, até mesmo contadores, principalmente aqueles que não trabalham ligados diretamente aos tomadores de decisão, ou mesmo sendo eles estes gestores, entendem que os objetivos da contabilidade se limitam a simplesmente preparar relatórios para os gestores (administradores) a fim de ajudar na análise e nas tomadas de decisões da empresa. Ou seja, não se incluem nesta última categoria, Tomador de Decisão.

Então, vamos partir do senso comum, de que o objetivo da contabilidade é o de ajudar na administração da empresa através de relatórios, certo?? Então porque quase que a maioria dos empresários não se utiliza destes relatórios?

Simple, porque não possuem um conhecimento básico sobre o assunto. Mais do que isto, nunca foram estimulados da forma correta a entenderem da importância de se conhecer as movimentações de seu patrimônio, ou seja, conhecer o mínimo indispensável sobre contabilidade.

Convido-os a pensar comigo, porque as empresas, principalmente as S.A. publicam suas demonstrações contábeis nos mais diversos meios de comunicação?? Quem se utiliza disto?? Vocês nunca tiveram curiosidade de entender o que diz ali??

O que vocês acham que o empresário que conhece faz com aquela publicação? Pois bem, quem já foi meu aluno sabe que sempre cito as divulgações do SEBRAE acerca dos motivos que levam a maioria das empresas a “quebrarem”, sabem qual é o principal? Má gestão!

Muito bem, no decorrer deste artigo, vamos adquirir alguns conhecimentos básicos que permitam entender e analisar o balanço patrimonial de uma empresa assim como dos demais relatórios contábeis, para isso apresentaremos esses conhecimentos básicos e iremos discuti-los um a um, no final tenho certeza de que vocês, quando estiverem frente a frente com algumas das mais importantes demonstrações financeiras de uma empresa, e porque não da sua empresa, irão encara-las com outros olhos

1.2 - CONCEITO E OBJETIVOS

Para melhor entender o conceito e os objetivos da Contabilidade, vamos admitir que você, um profissional de empresas, foi convidado para a diretoria de uma companhia. Ao assumir o cargo de diretor financeiro, você verifica que quase todos os homens-chaves da empresa se demitiram solidários com o diretor renunciário. Como você reagiria a essa situação?

Certamente seu primeiro passo seria a coleta de informações e dados, para que, conhecedor da situação econômico-financeira da companhia, você pudesse tomar as primeiras decisões. Seu ponto de partida seria, naturalmente, os registros e relatórios econômico-financeiros de seu antecessor, até a data em que o mesmo deixou a companhia. E é nesse ponto que entra a Contabilidade.

Contabilidade é uma arte. É a arte de registrar todas as transações de uma companhia, que possam ser expressas em termos monetários. E é também a arte de informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa companhia.

A importância de registrar as transações de uma companhia é proveniente de uma série de fatores como, por exemplo: o dinamismo das empresas, com mudança dos homens que as dirigem e do pessoal que as opera (como na situação hipotética em que colocamos); a

necessidade de comprovar, com registros e documentos, a veracidade das transações ocorridas; a possibilidade de reconstituir, com detalhes, transações ocorridas muitos anos antes; a necessidade de registrar as dívidas contraídas, os bens adquiridos, ou o capital que os proprietários investiram no negócio. E ainda, a importância de informar os reflexos que as transações provocam na situação econômico-financeira de uma companhia advém da necessidade de conhecimento do seu progresso, estagnação ou retrocesso por parte dos diversos interessados em seu passado, presente ou futuro.

1.2 - GENERALIDADES SOBRE CONTABILIDADE

1.2.1 - Contabilidade como instrumento de decisão:

Agora que você já conhece o conceito de Contabilidade, bem como seus objetivos, vejamos quem, além de você, é claro, também está interessado nos objetivos da Contabilidade de uma empresa. Não só os administradores utilizam os relatórios que a Contabilidade fornece outras pessoas, órgãos e empresas também a utilizam como ferramenta.

O Balanço Patrimonial de uma empresa é comparado a uma fotografia da empresa num determinado momento.

Imagine uma foto sua, através dela outras pessoas poderão saber como você está, se o seu cabelo cresceu, se sua aparência esta mais nova, ou mais velha e etc, até mesmo lhe conhecer.

Com o balanço de uma empresa você também consegue extrair informações parecidas com essas, só que como a empresa é uma pessoa jurídica (uma pessoa jurídica é aquela que foi formada através de um contrato, daí o termo jurídico, e que através desse contrato ela pode adquirir Bens (Móveis, imóveis, veículos, etc); Direitos (contas a receber, contas em banco, etc.) e Obrigações como comprar a prazo. (A pessoa normal como nós, é chamada de pessoa física). Baseado no conceito acima podemos afirmar que você não consegue “enxergar” fisicamente uma empresa, porque ela não existe no sentido de se poder tocar com as mãos, ela não possui matéria.

Como você não consegue enxergar a aparência física da empresa, o balanço patrimonial (foto da empresa) nos mostrará números, e através deles, podemos analisar como a empresa está, semelhante seria se você relacionasse num papel todo o dinheiro que você possui num determinado dia, seja ele depositado no banco, dentro da sua carteira, ou no cofre da sua casa, e comparássemos esses números com toda a dívida que você possui, ora se você tem mais dinheiro do que dívida podemos dizer que a sua saúde financeira é boa, mas ao contrário poderíamos dizer que sua saúde financeira não esta legal. Com uma empresa a situação é a mesma, pode estar com uma boa saúde financeira ou não.

Agora se imagine no outro lado da situação se um amigo seu lhe pede R\$ 1.000,00 em dinheiro emprestado para pagamento daqui a três meses, e você conseguiu uma foto da saúde financeira dele e viu que ele está devendo R\$ 5.000,00, além disso, você ficou sabendo que ele ganha R\$ 400,00 por mês, deixe a parte emocional de lado, você emprestaria esse dinheiro baseado nessas informações acima? Você acha que o seu amigo vai ter condições de no final dos três meses lhe pagar?

Mas e se você não tivesse visto a foto da sua financeira dele (o balanço patrimonial do seu amigo), como você chegaria a essa análise?

Lógico que o exemplo acima é hipotético mais uma vez, para fazer uma análise por completo você precisa além desses dados, outros do tipo:

Ele tem mais alguma coisa para receber além do salário nesses três meses?

Essa dívida dele de R\$ 5.000,00 vence quando? Ora se vencer nos próximos três meses, e ele não têm mais valores a receber se não o salário, tanto faz se essa dívida vence integralmente ou parcialmente, provavelmente ele deixará de pagar alguém.

Acontece que analisando um balanço você tem condições tomar conhecimento de praticamente quase todas essas informações.

Baseado nessas e outras situações diversas pessoas tem interesses nos relatórios contábeis, tais como:

Os proprietários de empresas:

Para que? Para poder saber quanto a empresa esta conseguindo lucrar

Digamos que você seja o maior acionista de uma empresa, mas, por ter seu tempo ocupado com outras atividades, você e outros elegeram uma diretoria para administrar a firma com autonomia completa. No final de um determinado período, você e os outros acionistas desejarão saber como a diretoria está gerindo os negócios da sociedade. A empresa está apresentando resultados satisfatórios, de forma a que vocês, os acionistas, possam receber bons dividendos? Ou está apresentando prejuízo? Neste caso, a diretoria pode ser culpada do fracasso, ou é vítima das circunstâncias? Será que não é preciso começar a pensar em vender suas ações, por “motivo de viagem” ou de “mudança de ramo?”.

Enfim, você obterá essas informações nos relatórios e prestações de contas apresentadas pela diretoria, e que devem ser aprovados pelos acionistas ou proprietários da empresa, que são grandes interessados nas informações que a Contabilidade fornece e que as utiliza como instrumento para tomada de decisões.

Os administradores de empresas:

Para que? Para saber a sua saúde financeira e como melhora-la.

Enquanto os proprietários se preocupam com seus respectivos investimentos, você, administrador, gerente, etc. da empresa, também está interessado nesses investimentos. Mas de outra maneira, sabendo que, quanto melhores forem os resultados apresentados, mais elevados serão seus honorários, salários e gratificações; se estes não aumentarem, pelo menos o seu prestígio como administrador aumentará; mas, se isso também não ocorrer, resta o consolo da realização profissional atingida e a esperança de um bom convite para mudar de emprego.

Os administradores de empresas vivem permanentemente cercados de problemas, de cujas decisões dependem os resultados da companhia. Através dos dados fornecidos pela Contabilidade, você pode estar normalmente munido de informações que lhe responderão a uma série de questões com vistas a tomadas de decisões; as disponibilidades atuais são suficientes para pagamento das dívidas mais urgentes? O lucro diminuiu: foi devido a redução real nas vendas? Ou os custos é que se elevaram desproporcionalmente? Os estoques estão nivelados em quantidades adequadas, ou os investimentos em estoques estão excessivos? Esses problemas já ocorreram no passado? Pelos mesmos motivos? Ou as circunstâncias mudaram? Essas e outras informações fornecidas pela Contabilidade permitirão a você medir os resultados e avaliar seu próprio desempenho na administração dos negócios que lhe foram confiados.

Os fornecedores de empresas:

Coloque-se, agora, no lugar do gerente de crédito para vendas a prazo de uma empresa, e suponha que uma determinada companhia, de quem a sua é fornecedora, oferece-lhe um vultoso contrato de compra de mercadorias, contando que você aceite o pagamento parcelado. Obviamente você solicitará a essa companhia o seu último relatório econômico-financeiro, com o objetivo de satisfazer-se quanto a algumas questões: a companhia tem condições de pagar o que comprar? Ou seu nível de endividamento atual é tão elevado que dificilmente conseguirá honrar a dívida? O crédito deve ser concedido?

Certamente os relatórios econômico-financeiros das companhias, obtidos de suas respectivas contabilidades, não serão as únicas fontes de informações de que você disporá. Mas representa um valioso instrumento para tomar decisão de conceder ou não o crédito que lhe foi pedido.

Os financiadores de empresas:

Para que? Para saber se concederem um empréstimo a uma empresa, ela terá condições de pagar.

Da mesma maneira que os fornecedores, e de forma muito mais precisa, os financiadores (financeiras, bancos comerciais e de desenvolvimento, etc.) de uma empresa também estão extremamente interessados nos seus relatórios econômico-financeiros, por motivos bastante claros.

Quem empresta dinheiro ou financia operações de terceiros, tem basicamente o objetivo lucro. Os relatórios econômico-financeiros representam um instrumento básico para que os financiadores decidam sobre a conveniência ou não de conceder empréstimos, desde que sua análise é uma ótima fonte de informações sobre a capacidade da companhia em liquidar dívidas.

Observe que os relatórios econômico-financeiros, embora interessem tanto aos proprietários e administradores de empresas, como aos financiadores, poderão representar uma arma de dois gumes: se sua empresa estiver em reais dificuldades financeiras e econômicas, o mais provável é que suas dificuldades aumentem, porque os relatórios contábeis indicarão que poderá haver riscos para os financiadores em conceder empréstimos à mesma; mas, se o contrário suceder, e sua empresa apresentar, pelos relatórios contábeis, uma situação monetária difícil, mas um futuro claramente invejável, nesse caso os financiadores vão decidir que emprestar dinheiro à você é um ótimo negócio. Não esqueça, porém, que os relatórios econômico-financeiros representam nada mais que a expressão, em termos monetários, do resultado das atividades da administração de uma empresa. Portanto, se você não obtiver o empréstimo desejado porque o financiador analisou os relatórios contábeis de sua empresa, não culpe nem o financiador nem os relatórios.

O Governo:

Para que? Para saber se podem tributar mais, ou se devem reduzir a tributação.

O imposto de renda de pessoas jurídicas é calculado, na maioria dos casos, a partir do lucro contábil apresentado pelos seus relatórios econômico-financeiros (observe que até o momento não falamos em balanço nem em demonstração de resultado: não se apresse, pois veremos esse assunto mais adiante). A partir desse lucro contábil, são necessários alguns ajustes até chegar ao lucro real, ou seja, aquele sobre o qual incidirá a alíquota do imposto. Portanto desse princípio, não é absolutamente difícil entender por que o governo federal é um dos altamente interessados na Contabilidade das empresas.

Por motivos semelhantes (para fins de tributação), também os governos estadual e municipal têm interesse na Contabilidade.

Entretanto, não é somente para fins de tributação que o governo tem interesse em Contabilidade. Não devemos esquecer que ele é, também o “proprietário” de inúmeros órgãos públicos, os quais também prestam contas através de relatórios econômico-financeiros. Embora o sistema utilizado por essas entidades seja um pouco diferente (Contabilidade pública) daquele usado nas sociedades particulares (Contabilidade de empresas privadas), o mecanismo e os fins são os mesmos, apenas a forma difere um pouco.

Finalmente, há um outro motivo de interesse, por parte do governo, na contabilidade. É que, se considerarmos as empresas privadas e entidades públicas como um todo, elas representam a própria essência da economia nacional. Assim sendo, o estudo dos dados e informes tomados em conjunto fornece bases sólidas para estudos estatísticos de natureza econômica, que também são utilizados como fontes imprescindíveis para tomadas de decisão por parte do governo.

Os sindicatos.

Para que? No caso de um sindicato dos empregados para saber se podem pedir um percentual de aumento maior para os funcionários.

Até mesmo você.

Para que? Imagine que você quer comprar ações de uma empresa, quer investir, objetivando obter um retorno financeiro através de lucros, numa análise você poderá saber se essas empresas deram lucro nos anos passados e assim prever se dará lucro no futuro.

Podemos dizer que a maior parte dos interessados na contabilidade está incluída nessa lista, os objetivos de cada um desses interessados podem diferenciar de varias maneiras.

Por exemplo:

O Ministério do Trabalho (Governo) exige que a empresa informe mensalmente através de uma declaração chamada CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), quais e quantas foram às pessoas que as empresas admitiram e demitiram no mês passado.

É com base nessa declaração e que você escuta no Jornal Nacional que o emprego na indústria ou no comércio cresceu tantos por cento, ou que diminuiu tantos por cento.

2 - INÍCIO E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE**2.1 – INTRODUÇÃO**

Existem vestígios da prática da contabilidade por volta de mais de 7.000 anos antes de Cristo, descobriram que havia numa caverna um desenho de um animal parecido com um carneiro, e um monte de “pauzinhos” ao seu lado, havia um espaço na pedra e logo depois um outro desenho de um outro carneiro e mais alguns “pauzinhos”, porém agora com uma quantidade de “pauzinhos” diferentes do primeiro desenho.

A prática desses tracinhos com certeza lhe lembrou a infância quando na escola você fazia 10 tracinhos e um risco em cima deles para dizer que havia ali uma dezena não foi?

Essa descoberta não parece uma contagem? Se coloque do outro lado da historia: Você cria carneiros um monte deles, se você quiser fazer uma análise do crescimento da sua criação de carneiros com certeza você terá que fazer uma contagem e após algum tempo faze-la novamente não?

Se você tinha 200 carneiros e agora na segunda contagem tem 205, nasceram cinco carneiros não foi?

Podemos aproveitar o embalo dessa situação e ressaltar mais uma vez a importância dos relatórios contábeis, com a seguinte questão:

Nasceram somente cinco carneiros? Não morreu nenhum?

Olha a importância de termos ai um controle contábil eficiente, vamos supor que nasceram 200 carneiros e morreram 195. Um número alarmante de mortes. Se você não tiver um controle para saber quantos nasceram e quantos morreram você com certeza não poderia fazer melhorias na criação, de posse desse relatório, você tomaria conhecimento do numero de mortes, e poderia investigar a causa delas e tentar inverter essa situação, a fim de controlar esses grandes números de mortes.

Voltando a era das pedras, o que nosso primo pré-histórico fez, foi anda mais nada menos do que uma contagem física, atualmente no meio contábil chamado de inventário. (veremos mais sobre o conceito de inventario nos próximos ensaios, o importante é você entender que foi feito uma contagem em um determinado período e após foi feito outra contagem).

Com base nessas e outras descobertas acredita-se que a contabilidade é uma das ciências mais antigas que existem.

Vamos um pouquinho mais adiante no tempo. Antigamente não existia o dinheiro como hoje ele é. Tudo funcionava a base da troca, você SÓ tinha duas maçãs e trocava por uma galinha. Muito inconveniente isso não? Pois necessitava haver interesse mutuo de ambas as partes, ou seja, você teria que querer a galinha e a outra pessoa tinha que ter a galinha e querer por ela duas maçãs. Mais e se o dono da galinha quisesse três maçãs?

Um pouco mais adiante foi inventada a moeda, que funciona como um meio de troca, só que não precisa haver o interesse de ambas as partes (maçãs x galinhas), pois se você tem a moeda, compra a galinha e a outra pessoa pode comprar pêras, por exemplo.

Com a invenção da moeda, mais uma vez foi necessário haver um controle (contábil), o saldo de moedas que você possuía, pois nem sempre uma moeda correspondia aquilo que você necessitava. Vamos exemplificar para ficar mais fácil:

100 moedas = 1 galinha
Três galinhas = 300 moedas

Imagine você ficar contando 100 moedas para comprar uma galinha e depois conferir quantas moedas que você tem para poder comprar uma maçã. Após comer a maçã você ficou com vontade de comer pêras, lá vai você contar quantas moedas você tem para saber se pode comprar as pêras.

Passou então a haver um controle de quantas moedas você tinha, quantas você usou e quantas você ganhou. Tipo um extrato bancário de hoje. Não é muito mais fácil você olhar o extrato bancário e saber quanto você tem de dinheiro do que ter que ficar contando sempre? Olha a facilidade que um controle bancário lhe proporciona.

Vamos piorar essa situação um pouquinho, imagine se você sofresse de perda de memória constantemente?

Pois é, desde antigamente já podemos entender a importância dos controles contábeis.

O início da Contabilidade como ciência é atribuído a Frei Lucca Pacciolo que escreveu, num livro sobre Geometria e Aritmética, o princípio da partida dobrada, isto é, que cada débito corresponde a um crédito de igual valor. Conta-se que ele foi convidado, pelo Papa, para tomar conta de um Convento localizado numa pequena cidade italiana, próxima a Roma. Para aceitar tal incumbência, solicitou do Sumo Pontífice uma lista de tudo que pertencia ao Convento.

A lista lhe foi fornecida e continha as seguintes informações:

Caixa	2.000
Valores a Receber	4.000
Convento (Casa)	7.000
Valores a Pagar	2.000

	15.000

No “Caixa” estava todo o dinheiro, em espécie, que pertencia ao Convento. Os “Valores a receber” eram representados por pedaços de papel, onde estavam descritos as mercadorias e os serviços que as pessoas tinham adquirido do Convento, para pagamento no futuro. O valor da “Casa” representava o custo pelo qual tinha sido adquirida. E os “Valores a pagar” eram anotações que relatavam os serviços e mercadorias adquiridas pelo Convento às pessoas da cidade, para pagamento posterior.

De posse dessas informações, Frei Lucca começou a refletir sobre o significado daquela lista. Logo ele percebeu que as informações continham os valores de todos os bens, direitos e obrigações que pertenciam ao Convento. O Caixa (2.000) e a Casa (7.000) eram os bens materiais. Os pedaços de papel que registravam os valores (4.000) que o Convento tinha a receber da comunidade eram os direitos (bens materiais) e, finalmente, os papéis que registravam os Valores a pagar (2.000) eram as obrigações do Convento.

Dessa maneira, ele chegou a um conceito muito importante para a Contabilidade, o conceito de patrimônio: é o conjunto de bens, direitos e obrigações que pertence a uma pessoa física ou jurídica. Esse conceito ele expressou, matematicamente, através da seguinte equação:

a)	Bens (B)	+	Direitos (D)	+	Obrigações (O)	=	Patrimônio
	9.000		+ 4.000		+ 2.000		= 15.000

2.2 - CONCEITO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Lucca Pacciolo achou que essa informação era importante e por isso merecia ser refinada. Para isso pensou: qual seria o valor do “Convento” se todos os seus valores a receber fossem recebidos, a casa fosse vendida pelo valor registrado e, finalmente, pagasse todas as suas dívidas? Para responder a essa questão, transformou a equação (a) na seguinte:

b)	B	+	D	-	O	=	PL	ou
	9.000	+	4.000	-	2.000	=	11.000	

E assim, ele chegou a outro conceito de fundamental importância para a Contabilidade: o conceito de Patrimônio Líquido. O Patrimônio Líquido pode, portanto, ser definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica, levando em consideração, porém, que os bens e direitos são valores positivos e as obrigações são valores negativos.

Diante desse conceito, Frei Lucca começou a pensar sobre o que significava o valor de 11.000. Seria o valor de mercado da empresa? Seria o valor real? Ou o valor contábil? Ele concluiu que o patrimônio líquido (11.000) representava o valor contábil da empresa de acordo com os registros efetuados pela Contabilidade, isto é, se todos os valores a receber forem recebidos exatamente pelos mesmos valores constantes dos registros contábeis, se os bens forem vendidos pelos mesmos valores registrados pela contabilidade e as obrigações forem pagas pelos mesmos valores que foram inscritos nos livros contábeis, o valor final da empresa, em dinheiro, seria exatamente o valor do Patrimônio Líquido determinado pela comunidade. É evidente que essa coincidência de valores é praticamente impossível de acontecer. Os valores a receber, assim como os valores a pagar, nem sempre são recebidos e pagos, pelos mesmos valores constantes dos registros contábeis, sobretudo os bens, que dificilmente seriam realizados pelos mesmos valores da Contabilidade.

2.3 - A EQUAÇÃO DO BALANÇO

Diante da equação (b) que formulou para explicar o conceito de Patrimônio Líquido, o Frei, como bom matemático que era, fez o seguinte raciocínio: “se eu colocar de um lado da equação os valores positivos do patrimônio e do outro os valores negativos, mais a diferença entre eles,

terei uma equação perfeitamente equilibrada. Agindo desta maneira, a equação (b) foi transformada na seguinte:

c)	B	+	D	=	O	+	PL	ou
	9.000	+	4.000	=	2.000	+	11.000	

Observando esta equação, decidi arrumar as contas representativas do Convento da mesma forma, isto é:

Caixa	2.000	Valores a pagar	2.000
Valores a Receber	4.000	Patrimônio Líquido	11.000
Casa	7.000		
	-----		-----
	13.000		13.000

2.4 - REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Analisando esta nova forma de apresentação do patrimônio de uma empresa, o Frei observou que o lado esquerdo registrava as aplicações de recursos efetuadas e o outro lado, o lado direito, registrava as origens desses recursos aplicados pela empresa. Ele então chegou à conclusão que o conceito inicial de patrimônio matematicamente não estava correto, pois havia uma dupla contagem quando se somava também o valor das obrigações. Ora, pensou o brilhante Frei, se uma obrigação é uma origem de recursos que foram aplicados pela empresa e, portanto, registrados no lado esquerdo na nova apresentação, seu valor já está incluído no total desse lado, seria um erro considerar a soma das obrigações na equação do patrimônio. Desta maneira, ele concluiu que realmente o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica é representado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações. Contudo a soma deste conjunto não tem sentido.

Muitos anos mais tarde, essa forma de apresentação do patrimônio de uma empresa, passou a ser chamada de “balanço” devido ao equilíbrio sugerido por ela.

Posteriormente, o lado esquerdo do balanço foi chamado de Ativo devido ao fato destas contas representarem a parte viva, ativa da empresa. Este lado registra, em última instância, todas as aplicações da empresa como Caixa, Valores a receber, Imobilizado, Investimentos, etc.

O lado direito foi denominado Passivo em virtude de suas contas registrarem, passivamente, as origens dos recursos que foram aplicados no ativo. O passivo total de uma empresa pode ser dividido em duas partes: passivo fictício, que representa os recursos dos proprietários e, por isso, também chamado de recursos próprios e o passivo propriamente dito, que representa as exigibilidades da empresa para com terceiros.

2.5 - RECEITAS E DESPESAS

Diz a história que, mal o Frei acabara de ter arrumado o Convento, apareceu um grupo de tropeiros pedindo para passar a noite lá porque não havia hotéis na cidade. O Frei aceitou sob a condição de receber o equivalente, hoje, a R\$ 500.

Depois de recebido o dinheiro, Pacciolo, satisfeito com o seu primeiro negócio, registrou a receita na sua incipiente Contabilidade. Seu balanço apresentou a seguinte posição:

Balanço			
Caixa	2.500	Valores a Pagar	2.000
Valores a Receber	4.000	Patrimônio Líquido	11.500
Casa	7.000		
	-----		-----
	13.500		13.500

Conforme podemos constatar, comparando este balanço com o anterior, apenas o Caixa, entre as contas patrimoniais, foi alterado, passando de R\$ 2.000 para R\$ 2.500. Como consequência desta modificação, o Patrimônio Líquido, que é um valor diferencial, pois registra a diferença entre bens e direitos e obrigações, que evoluiu para R\$ 11.500.

Entusiasmado com o resultado da primeira transação, Lucca Pacciolo enviou uma cópia do novo balanço para o Papa. Sua Santidade, o Papa, ficou altamente satisfeito com o resultado, principalmente porque a decisão da escolha de Lucca Pacciolo para dirigir o Convento fora dele.

Mas o seu contentamento durou pouco. Após a saída dos tropeiros, o Frei pagou R\$ 20 para fazer a limpeza do Convento e arrumar as camas. Ao registrar essa despesa na Contabilidade, o balanço passou a ter a seguinte forma:

Balanço			
Caixa	2.480	Valores a Pagar	2.000
Valores a Receber	4.000	Patrimônio Líquido	11.480
Casa	7.000		
	-----		-----
	13.480		13.480

Mais uma vez, ao compararmos o novo balanço com o imediatamente anterior, notamos que houve apenas uma redução no Caixa no valor de R\$ 20, permanecendo inalterados os demais itens do patrimônio.

Como consequência disto, por força da lógica da equação do balanço, o Patrimônio Líquido foi também reduzido em R\$ 20.

Como bom administrador que era, Lucca Pacciolo a cada alteração no Patrimônio Líquido do Convento, enviava uma cópia do balanço para o seu chefe. Desta vez, porém, a reação do Papa foi inversa à anterior.

O Santo Padre observou que o Caixa havia sido reduzido e também o Patrimônio Líquido o que, para ele, era um absurdo. Imediatamente, convocou o Frei para ir a Roma dar pessoalmente as devidas explicações. Pacciolo foi até lá e mostrou ao Chefe da Igreja que aquela alteração não era tão absurda como podia parecer à primeira vista. Seus argumentos surtiram bons efeitos, pois o Papa ficou satisfeito com a explicação e Pacciolo continuou gerenciando o Convento.

Nosso Frei, contudo, não ficou nada satisfeito de ter ido a Roma dar explicações sobre fatos tão simples. E, muito pior pensou ele, ter que ir novamente dar explicações banais toda vez que ocorressem alterações no Patrimônio Líquido do Convento, principalmente quando fossem negativas. Diante desse quadro, ele começou a pensar em como registrar estas operações na Contabilidade de maneira tal que não houvesse necessidade de explicações adicionais para que fossem entendidas.

2.6 - A SOLUÇÃO MILAGROSA

Evidentemente que se para cada despesa ou receita houvesse alteração imediata do Patrimônio Líquido - sem que elas fossem registradas - após várias despesas e receitas, ao final de um determinado período, não se poderia dizer ou entender como um resultado foi obtido. Poder-se-ia, é verdade, dizer que houve um resultado no período, positivo ou negativo. Para isto bastaria comparar o Patrimônio Líquido do final do período em questão, com o do período anterior. Porém não seria possível dizer como o resultado foi constituído: quais foram as receitas e as despesas e o valor de cada uma delas.

Frei Lucca, que como já sabemos era matemático, resolveu aplicar no balanço atual a equação do Patrimônio Líquido (b) e observar o resultado.

b)	B	+	D	-	O	=	PL	ou
	9.480	+	4.000	-	2.000	=	11.480	

Ele notou que o Patrimônio Líquido, agora, era 11.480 de acordo com a equação (b). Esse valor apresentava uma diferença, a maior, de R\$ 480 em relação ao Patrimônio Líquido inicial, ou

seja, aquele antes das operações de receitas e despesas. Na realidade, esta diferença era exatamente o lucro do Convento no período, isto é, receitas (R\$ 500 recebidos dos tropeiros) menos despesas (R\$ 20 pagos pela limpeza).

Ora, raciocinou o bom Frei, se chamarmos o Patrimônio Líquido de antes do início das operações, de Patrimônio Líquido Inicial (PLI) ou Capital passando a registrar na Contabilidade as despesas e receitas ocorridas, poderemos acompanhar passo-a-passo a evolução do resultado da empresa. Ao final de um período qualquer, poderemos informar quais foram as receitas e despesas do exercício e, conseqüentemente, o resultado que a empresa obteve. Poderemos informar, também, o Patrimônio Líquido do final do período, que nada mais é do que o valor do patrimônio inicial mais o resultado do exercício.

Portanto, esse problema estava resolvido. O Frei colocou a sua idéia em prática desenvolvendo a equação do balanço (c) da seguinte maneira:

c)	B	+	D	=	O	+	PLI	ou
	9.000	+	4.000	=	2.000	+	11.000	

Para registrar o dinheiro recebido dos tropeiros, a receita (R) de R\$ 500, a equação (c) se transformou na equação (d):

d)	B	+	D	=	O	+	PLI	+	R	ou
	9.500	+	4.000	=	2.000	+	11.000	+	500	

E para registrar despesa (DE) de R\$ 20, referente à limpeza do Convento e arrumação das camas, a equação (d) evoluiu para (e):

e)	B	+	D	+	DE	=	O	+	PLI	+	R	ou
	9.480	+	4.000	+	20	=	2.000	+	11.000	+	500	

Assim como a equação (c) representa o balanço, a equação (e) diz respeito ao balancete e pode ser apresentada da forma a seguir:

Balancete			
Caixa	2.480	Valores a pagar	2.000
Valores a Receber	4.000	Patrimônio Líquido	11.000
Casa	7.000	Rec.: Hospedagem	500
Despesa: Limpeza	20		
	-----		-----
	13.500		13.500

2.7 - DIFERENÇA ENTRE BALANÇO E BALANCETE

Agora podemos conceituar qual é a diferença entre esses demonstrativos. O balanço apresenta apenas as contas patrimoniais. O balancete, além de apresentar as contas patrimoniais, apresenta também as contas de receitas e despesas. Só nos casos de receitas e despesas futuras e de despesas antecipadas o balanço pode apresentar contas de despesas e receitas, devido ao princípio contábil de competência do exercício. Já as despesas e receitas não foram consideradas para apuração de resultado do período para o qual o balanço foi levantado. Elas serão levadas em consideração na apuração de resultado de exercícios subsequentes.

2.8 - A APURAÇÃO DE RESULTADO E O LEVANTAMENTO DE BALANÇO

Resolvido o problema do registro de despesas e receitas, conforme vimos acima, o Frei se deparou com a seguinte questão: Qual o patrimônio da empresa e qual o resultado do exercício?

Evidentemente o balancete não responde diretamente a estas perguntas. É preciso que se façam cálculos aritméticos para respondê-las. Por isso, o Frei não ficou completamente satisfeito com essa peça contábil. O ideal seria elaborar uma demonstração que evidenciasse essas respostas da melhor maneira possível.

Pensando assim, Lucca Pacciolo resolveu separar as contas que diferenciam o balancete do balanço, ou seja, as contas que representam as receitas e despesas consideradas para apuração do resultado econômico de um período. E assim fez:

PARTE DE CIMA

Caixa	2.480	Valores a Pagar	2.000
Valores a Receber	4.000	Patrimônio Líquido Inicial	11.480
Casa	7.000		

PARTE DE BAIXO

Despesa: Limpeza	20	Receita: Hospedagem	500
	-----		-----
	13.500		13.500

Ele observou que na parte de cima o total do ativo superava o do passivo em R\$ 480 e, na parte de baixo, ocorria exatamente o contrário. Essa diferença era semelhante à existente entre o Patrimônio Líquido do início e do final do período, conforme ele já tinha percebido quando aplicou a equação (b) $B + D - O = PL$ no balancete do final do exercício. Como o Patrimônio Líquido inicial era R\$ 11.000 e, no final do período, evoluiu para R\$ 11.480, significa que o Convento obteve um lucro de R\$ 480. E isto é o que as contas da “Parte de Baixo” traduzem: a diferença entre receitas e despesas de um período, nada mais é do que o resultado da empresa, neste período.

Desta maneira, o Frei observou que as contas de resultado (Receitas e Despesas) apenas registram os aumentos (receitas) e as diminuições (despesas) do Patrimônio Líquido. Portanto, ao final de um período qualquer, para apuração do resultado, é necessário que se faça uma comparação entre as somas das despesas e receitas. Se as receitas foram maiores, o resultado do período será um lucro. Nesse caso, o lucro será adicionado ao Patrimônio Líquido do início do exercício, aumentando o valor contábil da empresa e, conseqüentemente, aumentando a riqueza dos seus proprietários. Se, ao contrário, as despesas forem maiores, o resultado será um prejuízo que reduzirá o Patrimônio Líquido inicial tornando menor a riqueza dos proprietários da empresa.

Com essas observações, o Frei então elaborou o Balanço Final e o Demonstrativo de Resultado do Convento, daquele período:

Balanço Final

Caixa	2.480	Valores a Pagar	2.000
Valores a Receber	4.000	Pat. Líquido Final	11.480
Casa	7.000	-----	-----
		--	
		Pat. Líquido Inicial	11.000
		Lucro do Período	480
	-----		-----
	13.480		13.48

Demonstrativo de Resultado

Receitas: Hospedagem	500
Despesa: Limpeza	20

Lucro do Período	480

2.9 - A IMPORTÂNCIA DA FIXAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INICIAL

Observando o mecanismo de registro de receitas e despesas, conforme vimos acima, podemos concluir que as receitas alteram o Patrimônio Líquido, aumentando-o, e as despesas o modificam também, porém diminuindo-o.

Devemos nos deter um pouco sobre a decisão do Frei Lucca em fixar o Patrimônio Líquido Inicial ou capital e focalizar a nossa atenção sobre esta sistemática de registros para entendermos, claramente, como funciona a Contabilidade em relação à apuração de resultados.

Quando ocorre uma receita - à vista ou a prazo - o valor recebido, seja dinheiro ou títulos a receber, será registrado como uma aplicação ou ativo. O valor aumentará os bens se for em dinheiro ou os direitos se for em títulos e, com isto, por força da equação do balanço ($B + D - O = PL$), o Patrimônio Líquido será aumentado fazendo com que o balanço permaneça equilibrado. Por outro lado, quando uma empresa incorre numa despesa, paga à vista ou a prazo, esta será registrada como redução dos bens (diminuição de caixa) ou como aumento das obrigações (contas a pagar). De qualquer maneira que a despesa seja registrada, quer como redução dos bens, quer como aumento das obrigações, provocará uma diminuição do Patrimônio Líquido, mantendo o balanço equilibrado.

Como já vimos, essa sistemática de alteração direta do Patrimônio Líquido não fornece informações sobre totais de receitas, tipos de receitas, despesas totais, tipos de despesas, etc e, portanto, é extremamente ineficiente. Ao se fixar, porém, o valor do Patrimônio Líquido no início das atividades de um período qualquer, na realidade, as alterações do Patrimônio Líquido que permitirão o equilíbrio do balanço serão consideradas indiretamente através do registro das contas de receitas e despesas. Uma receita representa o valor que será acrescido ao Patrimônio Líquido inicial, quando o resultado for apurado. E uma despesa, evidentemente, significa o valor que reduzirá o Patrimônio Líquido inicial quando da apuração do resultado. Desta maneira, ao final de qualquer período, que pode ser de um, dois, três ou doze meses, a Contabilidade poderá apurar o resultado daquele período, simplesmente comparando o total das receitas acumuladas com o total das despesas incorridas durante o mesmo período.

Se o total das receitas for superior ao total das despesas, haverá um lucro cujo montante será adicionado ao Patrimônio Líquido inicial, formando o novo valor do Patrimônio Líquido que será o inicial do próximo período. Se as despesas forem maiores do que as receitas, haverá um prejuízo que reduzirá o Patrimônio Líquido Inicial.

Com a fixação do Patrimônio Líquido, a Contabilidade ganhou um potencial enorme de dar informações a respeito de receitas, despesas, lucros, etc. Isso é de grande importância para a administração e condução dos negócios empresariais.

2.10 - DÉBITO E CRÉDITO

Com base no balanço ou no balancete podemos dizer que o objetivo da Contabilidade é registrar, organizar e controlar as aplicações de uma empresa, assim como as origens dessas aplicações.

No balanço patrimonial anterior podemos observar que o Convento aplicou seus recursos em Caixa (2.480), Valores a Receber (4.000) e Casa (7.000). Estas aplicações tiveram como origem o Patrimônio Líquido inicial ou Capital (11.000) injetado pelos proprietários, sócios, acionistas ou quotistas da empresa, Valores a Pagar (2.000) referentes a créditos concedidos por terceiros e os recursos gerados pela própria atividade operacional da empresa: o lucro de R\$ 480. O Ativo representa onde a empresa aplicou os seus recursos e o Passivo indica de onde eles vieram.

Podemos então concluir que o ativo é constituído por contas que representam aplicações e estas, por sua vez, significam débitos. Por outro lado, o passivo é formado por contas que indicam as origens dos recursos que, por sua vez, representam créditos.

Finalmente, podemos inferir que as contas do ativo são contas devedoras e as contas do passivo são contas consideradas como credoras.

Um exemplo prático nos ajudará a entender melhor o conceito de débito e crédito: uma empresa adquiriu, à vista, R\$ 800 de mercadorias para revender. Obteve, também, um

empréstimo bancário no valor de R\$ 1.000. Vejamos como a Contabilidade registrará estas transações:

Empréstimo Bancário

Débito (D) - Caixa	
Crédito (C) - Empréstimo Bancário	1.000

Podemos explicar o lançamento acima da seguinte maneira: Houve uma aplicação no Caixa cuja origem foi um empréstimo bancário.

Compra, à vista, de estoque

D – Estoque	
C – Caixa	800

Esse lançamento tem a seguinte explicação: a empresa fez uma aplicação em estoque e, portanto, ele é debitado. Por outro lado, o recurso utilizado nesta aplicação veio do Caixa que por ser uma conta devedora (ativo), terá o seu saldo reduzido ao ser creditada, indicando uma saída de dinheiro.

2.11 - CONTAS DO ATIVO DEVEDORAS?

A grande maioria das pessoas tem dificuldade em entender porque as contas do ativo são consideradas pela Contabilidade como devedoras e as do passivo como credoras.

Tentaremos agora explicar o que isto significa de maneira bastante simples.

As empresas são constituídas, de modo geral, para separar os negócios da pessoa física dos da pessoa jurídica. São entidades que têm vida própria, independente dos seus proprietários ou administradores. Contudo, para que uma empresa seja criada é necessário que alguém coloque nela recursos: dinheiro, outros bens, direitos e/ou obrigações. Desta maneira, tudo que a empresa possui - ativo - deve a seus proprietários (acionistas, quotistas, etc) e/ou credores.

Vejamos alguns exemplos simples e esclarecedores:

a) Criemos uma empresa X com o capital de R\$ 100.000, em dinheiro. O balanço inicial teria a seguinte apresentação:

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	100.000	Capital	100.000

É óbvio que a empresa X tem um ativo (Caixa) que deve aos seus capitalistas (capital).

b) Imaginemos, agora, que a empresa X aplicou todo o seu Caixa na aquisição de mercadorias e que, imediatamente, as revendeu por R\$ 140.000, obtendo um lucro de R\$ 40.000. O balanço final teria a seguinte forma:

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	140.000	Capital	100.000
		Lucro	40.000

O ativo da empresa X, o Caixa no valor de R\$ 140.000, representa um débito junto aos seus capitalistas, no mesmo valor, que pode ser desmembrado da seguinte maneira: o capital colocado inicialmente, mais o lucro do período.

Como o ativo de uma empresa representa tudo o que ela possui e tudo o que ela possui deve a seus acionistas e/ou credores, podemos dizer que as contas do ativo registram o que a empresa deve e as contas do passivo identificam a quem ela deve, ou seja, quem são os seus credores.

Pelo que vimos até aqui podemos concluir que o objetivo principal da Contabilidade é registrar e controlar as variações que ocorrem no Patrimônio de uma pessoa jurídica ou física e, ao mesmo tempo, apurar o resultado econômico (ganho ou perda), durante um determinado período. Contudo, para que isso possa ser feito da maneira mais próxima possível da realidade, é preciso que conheçamos os tipos de variações patrimoniais existentes e quais seus efeitos sobre o Patrimônio Líquido contábil ou financeiro da pessoa jurídica ou física.

2.11 - APURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas que começam a ter contato com as técnicas contábeis é entender quando uma receita ou despesa deve ser considerada para apuração do resultado econômico de um determinado período.

A Lei 6.404 trata deste assunto e estabeleceu no parágrafo 1 do art. 187 o seguinte:

§ 1 - Na determinação do resultado do exercício serão computados :

- a) As receitas e os rendimentos ganhos no período, independente de sua realização em moeda; e
- b) Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos correspondentes a estas receitas e rendimentos.

Na realidade, essas conceituações legais foram inspiradas, basicamente, em dois princípios da Contabilidade:

- 1) Princípio da Realização da Receita.
- 2) Princípio da Contraposição de Receitas e Despesas.

2.11.1 - PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA

De acordo com este princípio, as receitas são reconhecidas no exercício em que os bens e serviços foram vendidos e entregues, à vista ou a prazo.

O recebimento do valor referente à venda de mercadorias, ou serviço, que não for entregue, no mesmo exercício, será considerado como Adiantamento de Cliente e só será lançado, como receita realizada, no exercício em que for feita a entrega.

2.11.2 - PRINCÍPIO DA CONTRAPOSIÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS

Por este princípio, para toda e qualquer receita considerada como realizada dever-se-á registrar, no mesmo período, todos os custos e despesas a ela referentes.

2.11.3 - COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO

A Contabilidade tem dois regimes para apuração de resultado: o regime de caixa e o de competência do exercício.

O regime de caixa considera, para apuração de resultados, apenas as receitas e despesas que foram realizadas em dinheiro. Obviamente que este regime só pode ser utilizado por empresas individuais e de volume de negócio irrelevante.

O regime de competência do exercício tem um conceito mais abrangente: as receitas, custos e despesas são consideradas para apuração de resultados no período da ocorrência do seu fato gerador e não quando são recebidas ou pagas.

2.11.4 - DIFERENÇA ENTRE CUSTO E DESPESA

É fundamental, para o aprendizado da Contabilidade o entendimento claro dos conceitos de custo, despesa e investimento.

CUSTO

É todo o dispêndio necessário para a obtenção de um produto. Ou seja, é todo aquele gasto para se fabricar um produto e, sem o qual, o processo de produção não se completaria. Os

valores utilizados em custos transformaram-se em bens (estoques) que passam a fazer parte do ativo da empresa.

Exemplos : Numa fábrica de sapatos, o que é custo?

- A quantia gasta com o couro;
- Os salários pagos a operários que trabalham diretamente na produção de sapatos;
- A depreciação das máquinas e equipamentos utilizadas diretamente na produção;
- A energia consumida por estas máquinas e equipamentos, etc.

A característica principal do custo é que, se o produto for vendido, haverá um aumento ou diminuição do Patrimônio líquido contábil, a depender do valor de venda. Se este for maior que o valor de custo haverá um aumento e se for menor, uma diminuição.

Entretanto, se o produto não for vendido, o valor contábil da empresa não será modificado. Neste caso houve apenas uma permuta de ativos (dinheiro por produto) ou uma compensação (dívidas em troca de produtos). Em nenhuma das hipóteses o valor do Patrimônio Líquido será alterado.

DESPESA

É todo aquele gasto, pago ou incorrido, relativo a benefícios obtidos ou consumidos.

Exemplos :

- Energia elétrica para iluminação do escritório - Quando do pagamento da despesa, a energia já foi consumida. E contrariamente à energia utilizada para movimentar as máquinas produtivas, este gasto não se incorporou a um produto, ou seja, a um ativo da empresa.

A principal característica da despesa é que ela reduz o valor contábil da empresa, isto é, o Patrimônio Líquido, sendo paga ou incorrida. Há um gasto de dinheiro ou assunção de uma dívida devido a benefícios consumidos e, portanto, o Patrimônio Líquido é reduzido.

2.12 - DEPRECIAÇÃO

2.12.1 - INTRODUÇÃO

O conceito de depreciação é um dos mais importantes da Contabilidade. Devido não só à sua presença praticamente em todas as demonstrações de resultados, como também, devido à sua relevante participação percentual no total de gastos (custos e despesas) da maioria das empresas, particularmente das companhias industriais.

Contudo, do ponto de vista da objetividade, ou seja, da determinação do valor correto do custo ou despesa de depreciação a apropriar, num determinado período, talvez seja o conceito contábil que apresente maior imprecisão ao ser aplicado.

2.12.2 - CONCEITO DE DEPRECIAÇÃO

A depreciação nada mais é do que o registro contábil do valor de um bem consumido pela empresa num determinado período, em função do seu uso e/ou obsolescência. Evidentemente, uma máquina adquirida para ser utilizada no processo produtivo de uma empresa, no momento em que entra em funcionamento, começa a ser consumida, ou seja, parte da sua vida útil ou econômica, está sendo absorvida no processo produtivo.

A vida útil econômica de um ativo imobilizado (máquina, equipamentos, veículos, edifícios, etc) pode ser absorvida não apenas pelo seu uso, mas também pela obsolescência.

É claro que, uma máquina ou equipamento totalmente obsoleto, superado tecnologicamente, está despojado de sua vida útil ou econômica. Portanto, a taxa de depreciação de um item imobilizado reflete o ritmo de absorção periódica, pelo processo operacional da empresa, da vida útil desse item, quer pelo uso, quer pela obsolescência.

O terreno, qualquer que seja sua utilização, mesmo sendo usado num processo produtivo - por exemplo, o terreno sobre o qual a fábrica está sendo assentada - não é consumido e nem se torna obsoleto. Portanto, não é depreciável. E sendo assim, ele se torna uma exceção entre os itens do imobilizado, os quais são todos depreciáveis.

2.12.3 - DETERMINAÇÃO DA DESPESA DE DEPRECIÇÃO

O cálculo do valor da depreciação periódica tem por objetivo distribuir o custo do ativo imobilizado que a empresa utiliza nas suas atividades, para atingir os seus objetivos empresariais, pelo seus diversos períodos de apuração de resultados econômicos, durante a vida útil ou econômica do ativo.

Isto significa que o cálculo da depreciação depende de dois fatores; do custo do ativo imobilizado e da estimativa da sua vida útil.

A estimativa da vida útil de um bem e, de certa forma, o cálculo do seu custo, dependerá de suposições, subjetividades, experiências, etc.

É obvio que a determinação da vida útil de um bem só será precisamente efetuada, quando ela chegar ao fim, quando a utilidade econômica deste bem desaparecer. Porém, como a contabilidade precisa apurar resultados periódicos (mensais, trimestrais, etc), será mais correto incluir estimativas de despesas nestas apurações do que não incluir valor algum.

Evidentemente, por mais dados estatísticos que possam ser levantados sobre a vida econômica de um bem, a sua duração não pode ser determinada precisamente, apenas pode ser estimada.

Por outro lado, a determinação correta do custo de um bem, que aparentemente é fácil, em certas situações se torna bastante complexa. Por exemplo, imaginemos que uma empresa adquiriu uma fábrica, já construída, por R\$100.000.000,00. Esta fábrica foi construída, evidentemente, sobre um terreno, e como já sabemos, terrenos não sofrem depreciação. Surge então a seguinte questão: qual a parcela deste custo de R\$ 100.000.000,00, que é sujeita a depreciação?

Para resolver esta questão, é necessário que se faça uma escritura da aquisição desta fábrica, arbitrando o valor do terreno, o qual não será depreciado, e o valor das edificações da fábrica, que evidentemente, será.

Desta forma, estes custos são obtidos através de julgamentos, experiências, subjetividades, etc, e, portanto, são de certo modo, valores estimados ou arbitrados.

Outro exemplo da imprecisão do cálculo do custo de um bem é quando ele é fabricado pela própria empresa que o utiliza. Muitas parcelas do custo serão facilmente determinadas, como as referentes aos materiais empregados diretamente na fabricação do bem e, também, com certas restrições, a mão-de-obra empregada. Contudo, uma grande quantidade de despesas como energia, telefone, salários administrativos, etc, serão incluídas como custo de fabricação, do bem, através de valores arbitrados ou estimados.

Desta maneira, podemos afirmar que tanto o custo quanto a vida útil - fatores usados no cálculo da depreciação - são valores que só são determinados arbitrária ou estimativamente.

2.12.4 - O CÁLCULO DA TAXA DE DEPRECIÇÃO

Conforme já vimos anteriormente, o cálculo da depreciação de um ativo imobilizado depende de dois fatores: do custo do ativo e da sua vida útil.

Desta maneira, podemos estabelecer a seguinte fórmula matemática:

Depreciação = Custo do ativo : Vida útil

Portanto, para calcularmos o valor da depreciação de um bem, basta determinarmos o seu custo e o dividirmos pela sua vida útil.

Por exemplo, se quisermos saber o valor anual de depreciação de uma máquina que custou R\$ 200.000 e tem uma vida útil estimada de 10 anos, basta utilizarmos a fórmula acima:

Depreciação = 200.000 : 10

Depreciação anual = R\$ 20.000

Para facilitar o trabalho do cálculo da depreciação, é melhor utilizarmos a taxa percentual anual de depreciação. E para determinarmos esta taxa, basta considerarmos, na fórmula acima, que o custo do bem será 100. Sendo assim, a taxa anual de depreciação do exemplo acima, será calculado deste modo:

Taxa de depreciação anual = 100 : 10 = 10% a.a

As taxas de depreciação são estabelecidas e controladas pela Secretaria da Receita Federal (Imposto de Renda). Desta maneira geral, as taxas de depreciação anual utilizadas, atualmente, para o cálculo da depreciação anual, de um ativo imobilizado, são as seguintes:

Imóveis e Edificações	4% a.a. ou	25 anos de vida útil
Máquinas e Equipamentos	10% a.a. ou	10 anos de vida útil
Móveis e Utensílios	10% a.a. ou	10 anos de vida útil
Veículos	20% a.a. ou	5 anos de vida útil

2.12.4 - A CONTABILIZAÇÃO DA DEPRECIAÇÃO

O procedimento natural da contabilização periódica da depreciação de um ativo imobilizado, uma máquina, por exemplo, que custou R\$ 100.000 e tem dez anos de vida útil, seria:

D - Despesa de Depreciação	
C – Máquina	10.000

Imaginemos, para melhor esclarecimento, que uma empresa foi constituída somente com esta máquina. Sendo assim, um balanço inicial teria a seguinte forma:

Balanço Inicial		
Máquina	100.000	Capital 100.000

Após a contabilização da depreciação anual da máquina o balancete teria a seguinte apresentação:

Balancete		
Máquina	90.000	Capital 100.000
Desp. de Dep.	10.000	
	-----	-----
	100.000	100.000

E após a apuração de resultados o balanço teria a seguinte forma:

Balanço Final		
Máquina	90.000	Capital 100.000
		Prejuízo (10.000)
	-----	-----
	90.000	90.000

É fácil observarmos que o balanço final, devido a esta maneira de contabilização da depreciação, deixa muito a desejar em termos de informações. Por exemplo, a simples leitura deste balanço não nos permite saber qual foi o valor de custo original desta máquina, nem quando esta foi depreciada, até a data do levantamento dele. Pior ainda, a simples leitura do balanço não nos permite inferir se esta máquina é nova ou velha. Este balanço fornece ao leitor apenas o valor ou custo contábil da máquina.

Tendo por objetivo atender a todas estas questões, que são fundamentais para uma análise da situação econômico-financeira de uma empresa, a Contabilidade moderna trocou, com sucesso, este método direto de depreciação pelo indireto.

E sendo assim, a contabilização da depreciação, do exemplo acima, seria feita, da seguinte maneira.

D - Despesa de Depreciação	
C - Depreciação Acumulada	10.000

O balancete seria elaborado da seguinte maneira:

Balancete			
Máquina	100.000	Capital	100.000
(-) Desp. Acum.	(10.000)		
Desp. de Dep.	10.000		
	-----		-----
	100.000		100.000

E o balanço final seria apresentado assim:

Balanço Final			
Máquina	100.000	Capital	100.000
(Dep. Acum.)	(10.000)	Prejuízo	(10.000)
	-----		-----
	90.000		90.000

Evidentemente, esta forma de contabilização é muito mais informativa. Agora, pela simples leitura do balanço nos é permitido saber qual o valor do investimento original na máquina (R\$ 100.000), quando ela já foi depreciada até a data do levantamento do balanço e, ainda, permite concluir a respeito da idade da máquina, isto é, se é uma máquina nova ou velha. Neste caso, podemos concluir que a máquina é nova, pois a depreciação acumulada referente a ela, representa apenas 10% do seu valor. E, além disso, se quisermos conhecer o seu valor ou custo contábil, basta deduzirmos do valor original, o valor referente a sua respectiva depreciação acumulada.

Finalmente, devemos observar em relação à Depreciação Acumulada que ela é uma conta credora e, portanto, deveria ser classificada no passivo. Contudo, a Lei das S.A. - nr. 6.404 - visando facilitar a leitura e interpretação dos balanços - determinou que esta conta fosse colocada no ativo como uma conta redutora do imobilizado.

2.12.5 - O SIGNIFICADO DA DEPRECIÇÃO ACUMULADA

O valor registrado como saldo da conta de depreciação acumulada representa tão somente, a parcela do custo do imobilizado que já foi absorvida como despesa, ou como custo.

2.12.6 - A CLASSIFICAÇÃO DA DEPRECIÇÃO

De acordo com o destino e a utilização dada ao item do ativo imobilizado depreciável, a depreciação poderá ser classificada como despesa ou custo.

Se o item for empregado no processo produtivo sua depreciação será contabilizada como custo dos produtos elaborados pela companhia. Caso contrário, a depreciação será considerada como despesa.

Por exemplo, a depreciação de uma máquina para fabricação de sapatos, será considerada como custo destes produtos. Já a depreciação da mesa do presidente da companhia, será classificada como despesa.

2.12.7 - MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO

O objetivo de qualquer método de depreciação é alocar, de maneira sistemática e racional, o custo menos o valor residual de um ativo imobilizado depreciável, pela vida útil, deste ativo.

O valor residual de um ativo é valor pelo qual ele pode ser vendido, após a extinção de sua vida útil. Este valor podemos facilmente perceber, só pode ser determinado através de métodos subjetivos. E isto introduz mais incertezas quanto ao valor real da depreciação, conforme já vimos. E sendo assim, esta variável (valor residual) só deve ser introduzida no método da depreciação quando a magnitude do ativo a ser depreciado justificar um estudo detalhado do seu valor residual. Caso contrário, devemos imaginar que o valor residual é igual a zero.

Trataremos aqui dos principais métodos utilizados pelas empresas nacionais e multinacionais.

MÉTODO DA LINHA RETA

É o mais usado de todos os métodos, devido à simplicidade de se efetuar o cálculo de depreciação e, também, à facilidade com que o conceito é entendido. A teoria que suporta este método de apropriação é que a depreciação é uma função do tempo.

Este método aloca um valor uniforme de depreciação, para cada ano da vida do ativo depreciável, independente da intensidade do seu uso. O valor da depreciação anual é obtida da seguinte maneira:

$$\text{Depreciação Anual} = \frac{\text{Custo} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}}$$

Imaginemos o seguinte exemplo: Uma empresa adquiriu uma máquina por R\$ 250.000, cuja vida útil é estimada em 10 anos e o seu valor residual foi orçado em R\$ 50.000.

$$\text{Depreciação Anual} = \frac{250.000 - 50.000}{10} = \text{R\$ } 20.000$$

Conforme já comentamos, se o valor do bem não for relevante para a empresa, o valor residual deverá ser considerado como igual a zero. Neste caso, o valor da depreciação anual aumentaria para R\$25.000.

A grande desvantagem deste método, segundo seus critérios, é que ele não reconhece a flutuação no uso do ativo. Evidentemente, a grande maioria dos bens depreciáveis tem períodos de intenso emprego, seguidos de outros mais amenos.

MÉTODO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

Com o objetivo de sanar a deficiência teórica do método anterior, isto é, o não reconhecimento da flutuação no uso do ativo, o Método da Unidade de Produção poderá ser utilizado.

Este método reconhece que o ativo que tem uso irregular deverá ser depreciado de acordo com o seu uso, e não com sua duração econômica. As unidades de produção devem ser expressas numa estimativa de horas, quilômetros, ou número de unidades do produto que serão

produzidas durante a vida útil do bem. No caso de um táxi, por exemplo, as unidades de produção devem ser expressas numa estimativa do total de quilômetros que se espera que ele rode durante a vida econômica.

MÉTODO DA DEPRECIÇÃO ACELERADA

O fundamento da depreciação acelerada é que os ativos depreciáveis produzem mais no início de sua vida útil e, com o passar dos anos, sua produção vai diminuindo. Desta maneira, a despesa de depreciação deverá ser maior no início e ir decrescendo, de valor, ao longo da vida econômica do ativo. Além disso, do ponto de vista teórico, o contínuo decréscimo da depreciação anual será contrabalançado por uma crescente despesa de manutenção e reparos. Deste modo, o total das despesas de depreciação e de manutenção e reparo, seria, aproximadamente, o mesmo total para cada ano de vida útil do ativo.

Atualização Constante

A constante atualização não é importante somente na Contabilidade, em todas as áreas ela se faz imprescindível. Um engenheiro que esta em constante atualização tem condições de elaborar um projeto com o menor custo devido a novidades tecnológicas. Imagine a maravilha que é quando um médico descobre um novo método de operar um paciente, este método por se menos doloroso permite que o paciente volte para casa no mesmo dia, e ainda assim pode diminuir o custo da operação em virtude de que o cliente não precisará arcar com a despesa de internação no hospital.

Se fosse você que esta para operar, por qual optaria?

Na contabilidade, assim como nas demais áreas, essa importância se dá de duas formas:

1 – Você como profissional é responsável pela elaboração de toda a parte burocrática de uma empresa, imagine fazer algo errado que traga grandes prejuízos ao seu cliente? Imagine fornecer um relatório errado, ou fazer um cálculo de um imposto errado?

Friso também que o Brasil é um países que mais se elaboram leis, para se ter uma idéia são elaboradas mais de 3.000 atos normativos (leis, decretos, resoluções e outros).

2 – Você como usuário da contabilidade, não basta somente ter conhecimento, você precisa saber as mudanças ocorridas, imagine que você sabe tudo sobre balanço patrimonial, e de repente o Balanço Patrimonial é trocado por outro relatório. Você só se da conta disso depois de muito tempo, até você conseguir adquirir todo o conhecimento necessário com certeza terá algum inconveniente. Imagine que o governo inventa que todo o dinheiro que esta na conta bancaria tem que ser colocado pelo triplo no balanço, o que aparecia antes como R\$ 1.000,00 agora aparece como R\$ 3.000,00. Você com certeza irá imaginar que a empresa tem R\$ 3.000,00 reais no banco, mais na verdade ela só tem R\$ 1.000,00.

Parece estranho não? Mais na prática isso ás vezes acontece. Não com o saldo bancário, mais com outros tipos de contabilização.

A contabilidade torna-se cada vez mais a ponte para o sucesso dos negócios. No entanto, não basta apenas traçar metas para cortar custos, ou simplesmente desenvolver sistemas para implantação nas empresas, antes deve ser identificado um Gestor Contábil, e que este estabeleça uma relação de confiança mutua interagindo com o empresário, para que seja edificado que tipo de informação que o mesmo necessita e que problemas esta enfrentando.

O que geralmente tem ocorrido é que por falta desta visão vários sistemas de gerenciamentos ainda que por mais excelentes que sejam fracassam. É que os sistemas oferecidos trazem a visão de que a empresa deve se adequar a eles quando deveria ser o contrário, todo sistema precisa ser adequado à estrutura da empresa ou o mesmo não será eficiente e eficaz.

O Profissional contábil é plenamente capaz de identificar qual é a necessidade de informação do empresário, pois vive e conhece a empresa em todos os seus aspectos, acompanhado e analisando as mutações do patrimônio.

Portanto, antes de se traçar qualquer meta, a estratégia empresarial é de suma importância saber, que tipo de informação o empresário deseja. Para que o sistema a ser desenvolvido possa surtir efeitos e contribuir na estratégia da empresa.

Li certa vez e deixo para todos os estudantes (na verdade deveríamos todos ser sempre estudantes), Sete conselhos² que muito podem ajudar ao profissional que pretende ser um detentor do saber contábil.

1) Valorize a profissão: a) desemprego zero b) a única que tem muitas áreas de especialização diferentes(23); c) 25% dos americanos estudam hoje Business; d) não tem preconceito de idade.

2) Os professores de Contabilidade normalmente são profissionais bem sucedidos. Aproveite a máximo deles, Se você for usar o professor como consultor depois do curso, isto vai lhe custar caro, em média US\$ 100,00 por hora.

3) Busque conhecimento paralelo ao seu curso: marketing pessoal (como ter sua marca); conheça pelo menos mais de uma língua (de preferência Inglês); seja bom na área de informática (domine Internet, softwares contábeis, planilhas eletrônicas, banco de dados...).

4) Seja um pesquisador por excelência. Não aceite apenas receber tudo “mastigado”. Lá na empresa não haverá mais professor e você terá que buscar, descobrir conhecimento. Faça da sua escola um laboratório.

5) Há áreas de conhecimento que serão decisivas, além da Contabilidade, no seu sucesso profissional: métodos quantitativos (matemática e estatística), disciplina afins (administração e economia), legislação (direito), psicologia, expressão e comunicação etc. dedique-se ao máximo.

6) Aprenda a ser desinibido, a falar bem: participe dos seminários (o contador é a pessoa que mais fala para tomar as decisões certas na empresa), manifeste opinião na sala de aula, leia um jornal diariamente e revistas de negócios. Fique atento aos professores que se expressam bem. Use dicionário várias vezes na semana.

7) O Mercado não vê com bons olhos o “clínico geral” (o que sabe de tudo um pouco). Procure se especializar concentrar esforços em uma atividade contábil que você tem mais dons (durante o curso estes dons serão despertados).

² Livro “Contabilidade Básica” – 7ª edição Modernizada e NCC (Edição Colorida – Novembro 2003 – Marion / Atlas)

BIBLIOGRAFIA:

GOMES, J. A. Apostila de “Contabilidade Gerencial” da EPGE - Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.FGV,

BRAGA. H. R et al. Apostila “A Contabilidade como Instrumento Gerencial”. Consultores Associados, Divisão de Treinamento Empresarial.

OLIVEIRA, A G. Contabilidade Financeira para Executivos. Editoração Editora Ltda .

CALDAS, S. L. Apostila “Análise Econômica Financeira”da EPGE - Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, FGV Rio de Janeiro

HORGREN, C. T. Contabilidade de Custos - Um Enfoque Administrativo. Editora : Atlas S.A.

ROSSETTI, J. P. Introdução a Economia. Editora : Atlas S.A.

MARION, Livro “Contabilidade Básica” – 7º edição Modernizada e NCC Atlas, 2003.

PROFESSORES. Contabilidade Introdutória Equipe de professores da FEA da USP. Editora Atlas – 9ª edição.

SÁ, A. L. Livro importante sobre a histórico e o contributo de Luca Pacioli na evolução da ciência contabilística. “ Um Mestre do Renascimento”(2004)

PACCIOLI, L. Um Mestre do Renascimento, Fundação Brasileira de Contabilidade, 2ª Edição revista e ampliada, 2004.

AMORIM, J L ^a "Digressão Através do Vetusto Mundo da Contabilidade" Jaime. (1969). Digressão Através do Vetusto Mundo da Contabilidade